

- a coordenação do uso cooperativo e racionalizado das aeronaves executivas da Administração Centralizada e Descentralizada do Estado;

- a requisição, junto aos órgãos da Administração Centralizada e Descentralizada do Estado, de veículos automotores, para o emprego em missões determinadas pelo Governador do Estado; e

- a fiscalização do uso de veículos oficiais do Poder Executivo Estadual.

Os órgãos subordinados à Casa Militar desenvolveram as seguintes atividades no exercício de 1990.

Sistema Estadual de Defesa Civil

O Sistema Estadual de Defesa Civil é o conjunto de órgãos de âmbito estadual que auxiliam a comunidade paulista em casos de calamidade pública de qualquer natureza, estimulando sua autodefesa, com o emprego racional e adequado de recursos para a prevenção e o controle da emergência.

Sua direção cabe ao Governador do Estado, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, órgão que tem condições de ativar os meios necessários de maneira permanente e de articular as ações governamentais e os recursos da comunidade, procurando adotar soluções que promovam a cooperação e o bem-estar da comunidade paulista em situações de normalidade ou anormalidade.

Compõem o Sistema Estadual de Defesa Civil:

- a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo;

- as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC, nas regiões administrativas do Governo do Estado, subordinadas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC); e

- as Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC, nos municípios do Estado, ligados à Coordenadoria Regional de Defesa Civil (REDEC) da respectiva Região.

Nos três escalões, o Sistema conta com a participação ativa e operante de órgãos públicos, empresas privadas e voluntários.

As ações de Defesa Civil desenvolvidas durante o ano de 1990 podem ser divididas em quatro fases circunstanciais: Preventiva, de Socorro, Assistencial e Recuperativa.

A fase preventiva compreendeu:

a) plano específico para episódios críticos de poluição do ar.

b) plano de contingência para situações de escorregamentos nas encostas da Serra do Mar (PPDC-1), que visa especificamente a proteger as populações residentes nas encostas da Serra do Mar na Baixada Santista e Litoral Norte em decorrência de fortes chuvas, por meio de plantio técnico de diversos órgãos do Governo e prefeituras municipais envolvidas.

c) plano preventivo para situações de intensas precipitações pluviométricas (PPDC-2) - Plano de Chuvas, que objetiva proteger a população atingida por fortes chuvas, mediante medidas preventivas, de socorro e assistencial, desencadeadas pelas Comissões Municipais, Coordenadorias Regionais e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, que acompanham a evolução dos índices nas respectivas regiões.

d) plano de restauração da Serra do Mar, que estipula ações de preservação do Meio Ambiente na Serra do Mar, estabelecendo a revegetação de áreas afetadas, medidas de controle do pólo industrial, atendimento emergencial direcionado à população das áreas de risco dos Bairros Cota e demais moradores de áreas urbanas e possível obstrução das vias de acesso existentes na região.

e) plano de contingência para incêndios florestais - Mata Fogo, que tem por objetivo desencadear ações preventivas e de combate a incêndios florestais em 12 áreas no Estado, articulando diversos órgãos estaduais em conjunto com as Prefeituras Municipais por intermédio das Comissões Municipais de Defesa Civil de cada município abrangido pelo plano.

f) plano de contingência para acidentes radioativos na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, para abrigo seguro à população residente a oeste da Usina no Estado de São Paulo, compreendendo a instalação de infra-estrutura que proporciona acomodação, alimentação, acompanhamento médico e psicológico bem como segurança e recreação aos abrigados.

g) plano de acidentes com cargas perigosas, que estabelece rotinas de procedimentos para atendimento, com apoio de diversos órgãos públicos e privados com o objetivo de se prevenir acidentes, articulando ações conjuntas e rápidas no atendimento de referidas ocorrências, propiciando maior segurança à população, especificamente aos usuários das vias públicas e moradores na localidade atingida.

h) outras ações:

- pesquisa, estudo e implantação das novas cores e símbolo da Defesa Civil Paulista, seguindo os padrões internacionais; viagens de estudos; simpósio e seminários; palestras e reuniões de trabalho; ações preventivas e assistenciais de Defesa Civil; estabilização das encostas em Cubatão; criação da Divisão de Apoio Técnico e Projetos Especiais; criação do Boletim Informativo ao Sistema; reformulação de modelo de relatórios para o atendimento de ocorrências; realização de cerca de 15 000 contatos por meio de telefone, telex, rádio, fac-símile e correspondência com órgãos e membros do Sistema; fornecimento de equipamentos ao Corpo de Bombeiros a fim de dar suporte às ações de emergência; intensificação de

contatos com outros órgãos públicos e entidades privadas com vistas ao desenvolvimento de trabalhos a título de cooperação; SOS Inverno; visitas e participação em ocorrências simuladas.

- formação de Grupos Técnicos (GTE), com órgãos e fornecedores que elaboram manuais de normas de segurança e recomendações para instalação e utilização de aquecedores a gás e botijão de gás liquefeito de petróleo.

- remoção de moradores das áreas de risco, com indenização correspondente às benfeitorias existentes, em habitações dos Bairros Cota em Cubatão, fundada em avaliações técnicas.

- contatos com os veículos de comunicações, com o objetivo de orientar a população quanto a procedimentos vinculados a Planos de Defesa Civil e orientações gerais.

- realização de 117 viagens para seleção das cidades a serem beneficiadas por ações preventivas, avaliações técnicas, orientações e treinamentos nas atividades vinculadas aos planos preventivos e atendimentos de emergência, utilizando-se inclusive aeronaves.

A fase de socorro atendeu a 23 municípios que foram durante o ano atingidos por precipitações pluviométricas intensas e anormais (PPI e PPA) que ocasionaram enchentes, vendavais, chuvas de granizo, etc., proporcionando atendimento através dos Coordenadores Regionais, órgãos do Sistema e equipes da Secretaria Executiva da CEDEC, inclusive com o emprego de recursos de outras áreas estaduais, dentre os quais aeronaves, veículos especiais de transporte, equipes médicas, e colaboração da Polícia Militar.

Na fase assistencial ocorre o atendimento às populações desabrigadas em municípios atingidos por calamidades públicas, com o fornecimento de gêneros alimentícios, roupas, cobertores, agasalhos, calçados, remédios e lonas plásticas para proteção de encostas e casas semi-destruídas, tendo no exercício em questão executado recursos orçamentários e financeiros, para esta fase, na ordem de Cr\$ 29 630 400,00.

Caracterizou-se a fase recuperativa caracterizou-se pelo repasse de recursos a 40 municípios atingidos por eventos catastróficos causados, em sua maioria, por intempéries anormais, buscando-se colaborar e participar em caráter complementar no esforço do restabelecimento do bem-estar das comunidades afetadas.

Para o desempenho de suas missões nestas quatro fases, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil contou no Orçamento-Programa de 1990, com recursos totais na ordem de Cr\$ 118 089 946,00.

Foram as principais metas e realizações de 1990:

1- revisão e atualização do plano de contingências para situações de escorregamento na Serra do Mar e episódios críticos de poluição do ar;

2- revisão, retificação e atualização do plano de contingência para incêndios florestais e do plano preventivo para situações de chuvas e inundações - Plano Varrão;

3- revisão e retificação do plano de abrigo para acidentes radioativos na Usina Nuclear de Angra dos Reis;

4- manutenção de estoques estratégicos de roupas, agasalhos, calçados, gêneros alimentícios e lonas plásticas, para atendimento de emergências;

5- assessoramento aos municípios visando a inserção das atividades de Defesa Civil em sua Lei Orgânica;

6- atualização de manuais, instruções e normas de procedimentos referentes às atividades de Defesa Civil;

7- regulamentação, mediante portarias, dos procedimentos para repasse de recursos financeiros para execução de obras preventivas e de recuperação e de materiais para atendimento de emergências;

8- criação de plano de específico de emergência municipal para atendimento de ocorrência com produtos perigosos;

9- criação de plano geral de emergência municipal para o planejamento das atividades locais para qualquer emergência, estabelecendo rotinas de procedimentos;

10- participação, em apoio a Secretaria da Saúde, da campanha de orientação e cuidados para manuseio do metanol em postos de abastecimento;

11- reedição da revista Mensagem à Comunidade (6000 exemplares) e "Prevenção às Drogas" (literatura de Cordel - 7000 exemplares);

12- criação e edição do folheto "História de um dia de Chuva" para orientação às comunidades mais carentes (10 000 exemplares);

13- realização de concurso para escolas de 1ª grau na Região de Cruzeiro, referente ao Plano Mata Fogo; e

14- análise e estudos do plano preventivo de Defesa Civil para o Município de Bauru, em conjunto com a REDEC, COMDEC, PMESP e comunidades locais.

São metas para 1991:

1- implantação de 12 Diretorias Regionais de Defesa Civil devidamente estruturadas para dar melhor suporte administrativo e operacional às REDEC;

2- aquisição de viaturas e equipamento operacional para a Defesa Civil, inclusive REDEC e COMDEC, prioritárias, com autonomia para ações de emergência, preparando-as para grandes calamidades;

3- realização de encontros regionais, estaduais e nacionais de Defesa Civil com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos existentes, mobilizando as lideranças comunitárias;

4- consolidação e ampliação do plano de contingências para incêndios florestais;

5- análise e estudos para implantação de plano de contingências de escorregamento abrangendo todo o Estado, a partir da avaliação de risco geológico urbano;

6- criação de Centro de Treinamento de Defesa Civil para execução dos diversos planos;

7- reorganização e reestruturação da CEDEC, adequando-a às reais necessidades do Sistema Estadual de Defesa Civil;

8- elaboração de plano geral de emergência abrangendo todo o Estado;

9- reestruturação dos planos de poluição do ar, vazamentos químicos e escorregamentos das encostas no pólo petroquímico de Cubatão;

10- desenvolvimento de intercâmbio com outros órgãos de Defesa Civil a nível nacional e internacional por meio de viagens de estudos, cursos, simpósios e estágios;

11- elaboração de plano para recebimento, avaliação e transmissão de dados e informações meteorológicas, abrangendo o complexo de monitoração meteorológica existente

no Estado, com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, por intermédio do Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMET), e de Energia e Saneamento por meio do complexo hidrológico (DAEE e CESP);

12- montagem dos Centros de Operações da CEDEC de Documentação Técnica, e Gráfico, e de Laboratório de Audio e Vídeo;

13- seleção e contratação de especialistas nas áreas técnicas para dar suporte necessário aos planos e ações de Defesa Civil;

14- transferência da coordenação e execução do plano de poluição do ar à COMDEC - Capital, retornando à CEDEC nos casos de maior gravidade;

15- desenvolvimento de estudos para elaboração de plano geral para episódios críticos de poluição do ar em âmbito estadual com vistas aos pólos industriais e grandes aglomerados humanos;

16- desenvolvimento de estudos para implantação de banco de dados para cadastramento de recursos humanos e materiais existentes nos órgãos públicos e privados do Estado;

17- implantação de telefone 199 e rede de radiocomunicação em municípios do Estado considerados prioritários em face de sua vulnerabilidade;

18- funcionamento do Conselho de Entidades não Governamentais (CENEG) visando principalmente à utilização do potencial das forças vivas da comunidade;

19- apressamento de providências para a conclusão dos trabalhos de retirada de moradores das áreas de risco e de estabilização das encostas da Serra do Mar;

20- execução de atividades de divulgação das ações de Defesa Civil junto aos órgãos de imprensa e ao público em geral, estabelecendo estratégias de comunicação social.

Segurança

A Diretoria de Segurança incumbiram os serviços de segurança pessoal do Governador do Estado, de seus familiares, do Vice-Governador e de assessoramento militar ao Cerimonial do Palácio do Governo. Realizou em 1990 o planejamento de 88 viagens do Chefe do Executivo, abrangendo o território paulista e outros Estados brasileiros.

Participou de 164 cerimônias oficiais e de eventos que contaram com a presença do Governador do Estado, ou do Presidente da República, ou ainda de autoridades estrangeiras.

Telecomunicações

A Diretoria de Telecomunicações - DITEL coube atuar no planejamento, direção, execução e fiscalização dos serviços de telecomunicações dos palácios governamentais e das residências oficiais do Governo do Estado. Foram prestados 1279 serviços de telefonia, 631 manutenções de equipamentos tendo transmitido e recebido respectivamente 199 182 e 9 641 mensagens telex.

Cabe destacar como realizações do exercício: projeto de sistema de ondas curtas (HF) para atendimento às comunicações com a viatura de apoio às viagens do Governador do Estado ao Interior; apoio ao projeto do Sistema Trunking da Polícia Militar, na particularização do subgrupo destinado à Casa Militar; projeto preliminar para montagem da estação repetidora da Av. Paulista nº 900, referente ao Sistema Trunking; projeto de nova viatura de comunicações da DITEL; projeto dos centros de comunicações da Defesa Civil para a CEDEC, REDEC de Santo André e REDEC de São José dos Campos; reforma completa da console de operações em SSB-HF da DITEL; troca do Sistema KS da Assessoria de Imprensa e da Casa Militar.